



BOLETIM 101

Brasília, 12 de abril de 2016

Começa hoje o VII CMATIC, em Brasília. CONTRICOM participa com delegações das federações de todo país

Será aberto, hoje, em Brasília, o VII CMATIC - Congresso Nacional sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, que acontece até o dia 15 de abril, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, sob a coordenação da FUNDACENTRO, órgão do Ministério do Trabalho que cuida das questões relativas à saúde e à segurança do trabalhador.

A CONTRICOM participa como uma das promotoras do evento, ao lado de outras entidades de trabalhadores, empresariais e governamentais.

O evento possibilita um debate sobre a responsabilidade social dos empresários, na utilização de tecnologias avançadas, na qualidade das informações e principalmente na valorização das potencialidades humanas na área. Cursos, painéis e palestras fazem parte da programação. O Congresso traz esse ano como tema principal "Inovações Tecnológicas na Indústria da Construção: Construindo Novos Rumos em Segurança e Saúde no Trabalho" e reúne participantes do Brasil e também de outros países.

VII CMATIC
CONGRESSO NACIONAL SOBRE CONDIÇÕES
E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NA
INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

**Inovações tecnológicas
na indústria da construção:
construindo novos rumos
em segurança e saúde
no trabalho**

O evento reunirá participantes de todo o Brasil e de outros países para apresentação de temas e experiências inovadoras que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável da construção, tendo como prioridade a segurança e a saúde do trabalhador.

12 a 15 de abril
8h às 18h
Centro de Convenções
Ulisses Guimarães | Brasília-DF
Inscrições gratuitas
www.fundacentro.gov.br/vii-cmatic/inscricoes

A ideia é a troca de conhecimentos, conceitos e informações técnico-científicas entre as diversas instâncias governamentais e a sociedade civil organizada.

Mediante troca de experiências, o objetivo é difundir e incentivar ações na indústria da construção que tenham como objetivo garantir o trabalho saudável, seguro e digno. O evento traz espaço para estimular o debate e a implementação de sistemas de gestão de Segurança e Saúde no Trabalho.

O VII CMATIC é aberto a empresários da área, trabalhadores, engenheiros, enfermeiros do trabalho, técnicos, estudantes e público



interessado no que há de novidades e tecnologia sendo utilizadas na indústria de construção.

DELEGAÇÃO DA CONTRICOM – O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, que participará da abertura do evento, informou que a entidade participará do VII CMATIC com delegações de vários estados, organizados pelas federações e sindicatos filiados à Confederação. Segundo ele, são “lideranças que participaram de encontros prévios e estarão habilitadas para discutir e defender os assuntos relativos à saúde e à segurança dos trabalhadores”.

A CONTRICOM realizou, ainda em 2015, o 1º Simpósio Nacional sobre Saúde e Segurança, que reuniu lideranças sindicais de todo país, além de representantes do governo e de outros segmentos da sociedade, ocasião em que foi feito um debate sobre a NR-18 e apresentadas uma série de sugestões consolidadas em um documento impresso que foi encaminhado às autoridades governamentais e representações patronais.

Mazinho lembrou que a CONTRICOM realizou, recentemente, reunião de sua Diretoria com a presença do companheiro Jorge Moraes, representante dos trabalhadores no CPN - Comitê Permanente Nacional sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, quando foi decidido que a bancada dos trabalhadores defenderão a NR-18 “como uma importante conquista obtida com muita luta e que não aceitarão qualquer retrocesso nesse instrumento de defesa da segurança dos trabalhadores em seu ambiente de trabalho.”

Mazinho voltou a defender mudanças na legislação penal de modo a responsabilizar

criminalmente as empresas e seus responsáveis por determinados acidentes de trabalho, fatais ou não, que ocorrem depois das notificações por parte do órgão fiscalizador para mudanças de procedimentos ou equipamentos utilizados pelos trabalhadores. “Esses acontecimentos que continuam ceifando a vida ou inutilizando nossos trabalhadores não podem ser considerados acidentes de trabalho. São verdadeiros assassinatos”, afirmou o dirigente sindical, acrescentando que “a CONTRICOM espera e vai lutar para que o VII CMATIC avance e não permita recuos na defesa da segurança do trabalhador”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Comissão aprova relatório que pede abertura de impeachment contra a presidente Dilma

Como já era esperado tanto pelo governo quanto pela oposição, a maioria dos deputados membros da comissão especial do impeachment na Câmara votou nesta segunda-feira (11) a favor do parecer do relator Jovair Arantes (PTB-GO), que defende a abertura do processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff.

Em uma sessão que durou quase 10 horas, 38 deputados aprovaram o relatório e 27 se manifestaram contrários. O parecer segue agora para votação no plenário da Casa, prevista para começar na próxima sexta-feira (15) e durar entre dois e três dias.



A votação foi realizada na última sessão da comissão especial, que se reuniu dez vezes desde 17 de março, data que o comitê foi instalado. A reunião de hoje teve quórum máximo, com a presença de quase todos os 65 membros titulares, além de dezenas de suplentes e deputados não membros.

Acusação e defesa - No começo da reunião desta segunda-feira (11), o relator Jovair Arantes (PTB-GO) voltou a defender o conteúdo do seu parecer favorável ao afastamento da presidente. Ele afirmou que o governo "não tem clima" nem "credibilidade" e classificou a gestão da petista como "arrogante" e "autoritária".

O ministro-chefe da Advocacia-Geral da União, José Eduardo Cardoso, esteve mais uma vez na comissão para defender a presidente. Segundo ele, não há crime de responsabilidade que justifique o impedimento de Dilma Rousseff e ainda chamou a situação atual de "golpe de abril de 2016".

Ao longo da reunião, deputados governistas e de oposição se revezaram no microfone, argumentando pró e contra o impeachment.

O líder do PSDB na Câmara, Antônio Imbassahy (BA), disse que os defensores de Dilma "serão cúmplices" de uma presidente que causou prejuízo e sofrimento ao Brasil.

O líder do PT, Afonso Florence (PT-BA), afirmou que quem defende o impedimento não terá "sossego" por apoiar a saída de Dilma sem crime de responsabilidade, já que os movimentos sociais a favor do governo não vão aceitar o impeachment.

Fonte: Agência Câmara

CPI dos Fundos de Pensão adia apresentação do relatório final para esta terça-feira

A apresentação do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Fundos de Pensão foi adiada para esta terça-feira (12), às 14h30. Já a votação está marcada para quinta-feira (14).

O relator da CPI, deputado Sergio Souza (PMDB-PR), informou que o parecer será alterado para incluir três fatos novos, que acabaram de chegar à comissão: "a informação de que a Previc [Superintendência Nacional de Previdência Complementar] promoveu quatro autos de infração com relação a, pelo menos, dois temas investigados pela CPI relacionados à Funcef; e os indiciamentos, no final de semana, pela Polícia Federal, do senhor Alexej, o russo, e do senhor Fabrizzio".

Segundo o deputado, essas informações foram compartilhadas pela Operação Lava Jato, com autorização do juiz Sérgio Moro, e disponibilizadas na última sexta-feira à CPI.

A CPI investiga indícios de aplicação indevida de recursos e manipulação na gestão nos fundos de pensão da Caixa Econômica Federal (Funcef), dos Correios (Postalis), da Petrobras (Petros) e do Banco do Brasil (Previ).

O relatório estará disponível para os parlamentares ainda nesta segunda-feira e para o público até quinta-feira, dia da votação do parecer. A reunião desta terça-feira da CPI ocorrerá no Plenário 2.



Paim propõe eleição de assembleia para revisar Constituição e fazer a reforma política

A convocação de uma assembleia revisional exclusiva para a reforma política, eleitoral e partidária, com membros a serem eleitos já nas eleições municipais deste ano, em 2 de outubro, está prevista numa proposta de emenda à Constituição apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) *(foto)*.

Pela proposta, anunciada pelo senador nesta segunda-feira (11) em Plenário, a assembleia será formada por 129 representantes do povo, terá 180 dias para concluir os trabalhos e mudanças no sistema político, eleitoral e partidário nela aprovadas serão submetidas a um referendo popular. Se a reforma receber o aval popular, as novas regras começarão a valer já em 2018.

Em defesa de sua proposta, Paim disse que o país vive um momento difícil e que compete ao

Congresso Nacional lançar as âncoras de preservação do ambiente democrático e as pontes que possibilitem uma transição pacífica e consensual para uma nova etapa da vida nacional. Nesse contexto, ele considera a reforma política um elemento fundamental.

Paulo Paim afirmou ainda que, por sua proposta, os que se candidatarem à assembleia revisional exclusiva da reforma política não poderão estar em cargo eletivo nem poderão se candidatar às eleições de 2018. Isso impedirá que interesses individuais prevaleçam nas discussões e votações, avalia o senador.

Fonte: Agência Senado

Sindicalistas relatam a senadores riscos da violação de direitos trabalhistas nos EUA pela Nissan

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) debateu nesta segunda-feira (11) a violação de direitos trabalhistas nos Estados Unidos pela empresa Nissan. Sindicalistas brasileiros protestam contra a montadora, que é patrocinadora das Olimpíadas 2016. A empresa foi denunciada pela United Auto Workers, uma entidade sindical norte-americana do setor automobilístico, por limitar direitos trabalhistas e coibir a organização sindical na fábrica do estado de Mississippi. Segundo o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-



RS), já há propostas com esse objetivo em análise no Congresso brasileiro, como a que permite a terceirização na atividade-fim e a que inibe a atividade sindical. Ele acredita que só é possível barrar esses projetos com a união dos trabalhadores.

Fonte: Agência Senado

Senado promove hoje debate sobre reforma da Previdência Social

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) fará, na terça-feira (12), às 14h30, reunião para organizar audiência pública que acontecerá no dia 27 de abril sobre a proposta do governo para a reforma da previdência. A reunião ocorrerá no plenário 15, da Ala Alexandre Costa.

De acordo com o Relatório Mundial de Saúde e Envelhecimento da OMS, o número de pessoas com mais de 60 anos vai quase triplicar no Brasil. A porcentagem atual, de 12,5% de idosos, deve alcançar os 30% até a metade do século.

Para essa reunião foram convidados a presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Maria Inez Rezende; a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDPREV) e da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF, Thais Riedel; o vice-presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF, Diego Cherulli, e o representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Moacir Meirelles.

Também fazem parte da lista a assessora parlamentar Patrícia Coimbra; o diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Daisson Portanova; o presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos do Instituto Nacional da Seguridade Social (ANMP), Francisco Cardoso; e a representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Adriana Borba.

Fonte: Agência Senado



Trabalhador da construção poderá ter direito a 5% das moradias do *Minha Casa Minha Vida*

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado reúne-se na quarta-feira (13) para analisar projeto que destina 5% das unidades produzidas no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida aos trabalhadores da construção civil. O Projeto de Lei do Senado 331/2015, da senadora Vanessa Grazziotin

(PCdoB-AM), tem relatório favorável do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Dados oficiais do programa indicam que até 15 de novembro de 2014 foram contratadas 3,75 milhões e entregues 1,87 milhão de moradias. Como relator da proposta, Randolfe concordou que o projeto corrige essa distorção. Entorno do Distrito Federal

Fonte: Agência Senado

Debatedores dizem que exigências para alongar dívidas dos estados vão 'arrasar' serviço público

As contrapartidas exigidas para o alongamento das dívidas dos estados com a União, como prevê o Projeto de Lei Complementar PLP 257/2016, do Poder Executivo, penalizará os servidores públicos, advertiram nesta segunda-feira (11) os debatedores convidados pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Os mais de 20 debatedores, em sua maioria representantes de federações, centrais e confederações sindicais, disseram que o PLP 257/2016 acarretará congelamento de salários de servidores públicos, aumento da precarização e da terceirização dos serviços públicos, elevação das alíquotas previdenciárias, privatizações, enfraquecimento de programas sociais, suspensão de concursos públicos, venda de bens públicos e diminuição dos serviços públicos ofertados à população.



Também foi unânime, por outro lado, o apoio dos participantes ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 561/2015 - Complementar, uma proposta que pode substituir o PLP 257/2016, e segundo eles dar uma saída para as dívidas dos estados sem prejudicar trabalhadores e o país. Apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, o PLS 561 estabelece novo índice de cálculo para atualização monetária das dívidas dos estados e municípios. A proposta é inspirada em projeto anterior apresentado pelo então senador Francisco Dornelles, atual vice-governador do estado do Rio de Janeiro. Paim garantiu empenho contra o PLP 257 e a favor do PLS 561. O senador chegou a chamar o PLP 257 de “projecinho vagabundo”.

O primeiro palestrante foi o ex-deputado federal constituinte e professor Hermes Zaneti, autor do art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição de 1988. Esse artigo determinou que, após um ano da promulgação da Carta Magna, o Congresso deveria promover, por meio de comissão mista, uma auditoria da dívida externa brasileira, com intuito de descobrir os “atos e fatos geradores do endividamento”. Entretanto,



tal mandamento não foi cumprido até hoje, disse Zaneti.

A coordenadora nacional da associação civil Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli, afirmou que as bilionárias dívidas dos estados “não resistiriam a uma simples auditoria e seriam canceladas”. Para ela, o PLP 257 vai “arrebentar com a estrutura dos estados e com os servidores públicos”. Ela disse que o projeto vai transformar a União em “seguradora internacional para investidores” e garantir “remuneração da sobra de caixa de bancos”.

O secretário-geral da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud), Marcos Antônio Leme Fabre, disse que o projeto é “nefasto para os servidores públicos” e aumentará o lucro dos bancos. Já Rudinei Marques, representante da Central do Servidor Público (Pública), informou que o Brasil tem cerca de 12 milhões de servidores públicos e que a aprovação do projeto pode levar ao congelamento de salários em vários estados por muitos anos.

Dívida já paga - Por sua vez, o diretor da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Rogério Macanhão, afirmou que a dívida brasileira “foi fabricada, inventada” e acabou por se avolumar com o passar do tempo, fruto de diversos refinanciamentos.

Já o presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), João Domingos Gomes dos Santos, disse que o PLP 257 vai promover uma reforma “sob uma ótica extremamente neoliberal”.

"Suicídio coletivo" - O representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) Floriano Martins de Sá Neto afirmou que uma lei oriunda do PLP

257 seria uma “lei do juízo final, um suicídio coletivo da nação brasileira”.

José Calixto Ramos, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), classificou a proposta, que tem apoio de vários governadores, de “inoportuno, contraditório e draconiano”.

Representando a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Ubiraci Dantas de Oliveira disse que a aprovação do PLP 257 vai “prejudicar o povo brasileiro inteiro, não só os servidores públicos”.

Ataque aos trabalhadores - Pela União Geral dos Trabalhadores (UGT), Wagner José de Souza, lamentou críticas feitas pelo jornal O Estado de S.Paulo aos servidores públicos. Ele afirmou que todos os municípios têm servidores públicos dedicados e honestos.

Fonte: Agência Senado

AGENDA PRESIDENTE DA CONTRICOM **FRANCISCO CHAGAS COSTA- MAZINHO**

Dia 12 de abril – participa, em Brasília, com a diretoria da CONTRICOM, da abertura solene do VII CMATIC.

Dia 13 de abril – participa, acompanhado do secretário de Finanças, Aroldo Garcia, da inauguração da nova sede da FETRACONSPAR, em Curitiba (PR).

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)